COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.808, DE 1997

Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

Autor: Deputado JAIR BOLSONARO

Relatora: Deputada KELLY MORAES

I - RELATÓRIO

Trata o projeto de lei em questão de modificar a redação de dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente, para estender a proibição feita às crianças, de viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis sem expressa autorização judicial, também para os adolescentes.

Justifica o autor a sua proposta sustentando que “no momento em que a sociedade está empenhada na busca de crianças e adolescentes desaparecidos, esta Casa deve, também, dar sua contribuição para que os menores de 18 anos só possam viajar acompanhados dos pais ou responsável ou com autorização judicial”.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 83 do Estatuto da Criança e do adolescente proíbe a viagem de criança para fora da comarca onde reside se desacompanhada dos pais ou responsável ou ainda sem expressa autorização judicial, não mencionando o adolescente.

Não se exige a autorização quando a comarca for contígua à da residência da criança; se na mesma unidade da Federação ou incluída na mesma região metropolitana; se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco ou ainda de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

A proposição visando inserir o adolescente nos dispositivos vem proporcionar-lhe a mesma proteção, bastante necessária porque está sujeito aos mesmos riscos, tratando-se de pessoa em desenvolvimento. Ocorre, na realidade, tráfico de crianças e adolescentes, para os mais diversos fins. Daí a necessidade de combate efetivo dessas práticas.

Esses jovens começam a desejar sua independência, na afirmação de sua personalidade, afastando-se do lar paterno, voluntariamente ou induzidos por pessoas de má-fé que os submetem a diversos crimes. Com a vigilância feita nos transportes, esse tráfico certamente diminuirá. Além do mais, para aqueles adolescentes que têm o hábito de viajar sozinhos com o aval dos pais, o Código já prevê, no § 2º do artigo em questão, que a autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Ao modificar a redação das alíneas **a** e **b** do § 1º, o autor da proposta disse “**tratar-se de comarca contígua à da residência da criança e do adolescente**” e “**a criança e o adolescente estiverem desacompanhados**”. Há aí uma falha pois, evidentemente, o que se quer não é só alcançar os casos em que a criança e o adolescente estejam juntos: o intuito é alcançar tanto a criança quanto o adolescente, estando eles juntos ou separados. Apresento, para a correção desse problema, as emendas em anexo.

Pelo exposto, VOTO, no mérito, pela aprovação do PL 2.808/97 com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em 31 de julho de 2003.

Deputada Federal **KELLY MORAES**
Relatora

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.808, DE 1997

Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Dê-se à alínea a do § 1º do art. 83 do projeto a seguinte
redação:

"Art. 83.

§ 1º

a) *tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou adolescente, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;*"

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada KELLY MORAES

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.808, DE 1997

Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

Dê-se à alínea *b* do § 1º do art. 83 do projeto a seguinte
redação:

Art. 83.
§ 1º.....
b) a criança ou o adolescente estiverem acompanhados.”

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada KELLY MORAES